



Fichas de Estudo sobre o Vaticano II



ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS

Declaração **NOSTRA AETATE (NA)** Sobre a Diálogo Inter-religioso

*Não haverá paz entre as religiões,
se não existir diálogo entre elas.
Não haverá diálogo entre as religiões,
se não existirem padrões éticos globais*
[Hans Küng](#)

A Declaração *Nostra Aetate* (NA), sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs, foi aprovada no dia 28 de Outubro de 1965, pela Papa Paulo VI. Com esta Declaração, a Igreja Católica assume, oficialmente, a abertura de caminhos, proporcionado pela visão eclesial da maioria dos bispos participantes do Concílio, para o diálogo com as Religiões não cristãs denominado diálogo inter-religioso (DIR), o qual não deve ser confundido com o diálogo entre religiões cristãs, chamado Ecumenismo, defendido no Decreto *Unitatis Redintegratio* (UR), promulgado um ano antes. (Cf. [Ficha 25](#))

O documento destaca a abertura ao diálogo com o Budismo, o Hinduísmo, o Islamismo e o Judaísmo [1], e o fato do Concílio não ter abordado a relação com outras religiões pode ser interpretado pela exiguidade do tempo e por existirem muitas religiões. Desta forma se compreende que aquelas citadas são referências paradigmáticas, na indicação de caminhos e novas perspectivas para o diálogo inter-religioso, principalmente no mundo globalizado. Destaca-se aqui a influência do Papa João XXIII que sonhava com a união de todos aqueles que ele nomeava como 'homens de boa vontade' em vista do bem comum, pois as reflexões apresentadas na NA confirmam o seu pensamento de que as religiões tinham mais pontos em comum do que divergências e que estas deveriam ser deixadas de lado em favor de um bem maior, a paz e o amor entre a humanidade. Assim também interpretou Santo Agostinho ao falar da necessária unidade dos cristãos: "Nas coisas essenciais, a unidade; nas duvidosas, a liberdade; e em tudo a caridade".

Como a maioria dos Decretos e Declarações, a NA deve ser lida e entendida a partir das Constituições Pastorais GS e LG, isto é, ao reconhecer que a modernidade contribui para o contato e o consequente aumento das relações entre os vários povos, inclusive os de religiões diferentes, a Igreja percebe a necessidade de explicitar a reflexão pastoral sobre sua relação e a relação dos cristãos com estas religiões que não são novas, mas que eram ignoradas pela Igreja. Positivamente, mesmo sem concordar com outras doutrinas, o texto reconhece que todas as manifestações religiosas são expressões da fé e da cultura de cada povo e, por isso, acolhe com respeito todas as religiões, na perspectiva de dialogar sobre as comuns aflições humanas, pois é por meio das religiões que os homens procuram 'resposta aos mais profundos enigmas da condição humana, as quais, hoje como ontem, profundamente preocupam seus corações.

Talvez para nós, hoje, esta abertura possa parecer pouco significativa, mas não o era há quase 50 anos, quando católicos rejeitavam as religiões não cristãs. Nesta perspectiva, o documento tem a finalidade de esclarecer os católicos e incentivá-los a buscar o diálogo,

como atitude coerente de seguidores do Príncipe da Paz. Assim, darão testemunho de que acreditam que Jesus Cristo é «caminho, verdade e vida» (Jo.14,6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo todas as coisas. Afirma a NA que, no Hinduísmo, os homens buscam conhecer o mistério divino, expresso na abundante multiplicação dos mitos, e a libertação das angústias por meio da oração e da meditação no refúgio amoroso e confiante em Deus. No que diz respeito ao Budismo, seus seguidores reconhecem a radical insuficiência deste mundo mutável e buscam um caminho pelo qual os homens, com espírito devoto e confiante, possam alcançar o estado de libertação perfeita ou atingir a suprema iluminação.

Ao abordar o Islamismo, o documento lembra que esta religião, ao lado do Judaísmo, possui uma característica comum ao Cristianismo, pois as três são monoteístas, isto é, possuem um único Deus. Além deste importante fundamento, o Islamismo honra Maria e espera pelo dia do juízo, têm apreço à vida moral e presta culto a Deus, sobretudo com a oração, a esmola e o jejum.

Com relação ao Judaísmo, a Igreja reconhece que é grande o patrimônio espiritual comum entre cristãos e judeus, por isso, o Concílio recomenda o mútuo conhecimento e estima, os quais se alcançarão, sobretudo, por meio dos estudos bíblicos e teológicos e com os diálogos fraternos. Em razão disso, afirma que, ainda que as autoridades judaicas tenham determinado a morte de Cristo, isso não pode ser atribuído indistintamente a todo povo judeu daquela época e muito menos do nosso tempo, afastando, assim, todo tipo de antissemitismo, perseguições e sentimento de ódio, especialmente aquele ocorrido durante a segunda Guerra Mundial. A justificativa para isto foi lembrar que a Igreja sempre ensinou e ensina que Cristo sofreu, voluntariamente e com imenso amor, a Sua paixão e morte, pelos pecados de todos os homens, para que todos alcancem a Salvação [2].

Como conclusão, o Concílio exorta a fraternidade universal e a reprovação de toda a discriminação racial ou religiosa, ou violência praticada por motivos de raça ou cor, condição ou religião, e lembra que não podemos, porém, invocar Deus como Pai comum de todos, se nos recusamos a tratar como irmãos, homens criados à Sua imagem. De tal maneira, estão ligadas as relações do homem a Deus Pai e aos outros homens seus irmãos, que a Escritura afirma: «quem não ama, não conhece a Deus» (1 Jo 4,8). Em consonância com a DH, a NA lembra que todos têm o direito de professar a sua fé e que nenhuma religião é superior a outra, e nenhum país pode promover ou reprimir uma determinada religião.

Os papas Paulo VI e João Paulo II, com gestos proféticos e ensinamentos próprios, desempenharam um papel de animação e de guia no diálogo inter-religioso. Em 1964, antes da promulgação da NA, o Papa Paulo VI, durante uma visita a Jerusalém, encontrou-se com líderes muçulmanos, e depois, em Bombaim, com os representantes das religiões da Índia. Em 1966, recebeu, em Roma, o [Primaz Anglicano](#) e nos anos seguintes encontrou-se com outros líderes religiosos. Ainda em 1964, instituiu o [Secretariado para os não Cristãos](#) que, em 1988, foi transformado em [Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso](#) e passou a ser a organização central da Igreja para a animação e a coordenação das iniciativas de diálogo com as outras religiões. Este Conselho elaborou dois documentos que tratam de aspectos muito específicos que marcaram o caminho do diálogo: Diálogo e Missão (1984), e Diálogo e Anúncio (1991).

Na mesma linha do diálogo inter-religioso, entre as iniciativas mais significativas do Papa João Paulo II, merece especial menção o discurso aos jovens muçulmanos em Casablanca, no dia 19 de agosto de 1985, e, sobretudo, a Jornada de Oração de Assis, junto com líderes de outras religiões do mundo, no dia 13 de abril de 1986 e que foi transformado em Jornada anual, isto é, se repete a cada ano, e que o Papa Bento XVI tem se empenhado em continuar. Segundo ele o encontro das religiões só é possível, num diálogo que respeite mutuamente as verdades doutrinárias de cada religião [3]. O tema predominante destes encontros tem sido a evangélica pregação da paz.

Na América Latina, através das Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992) foi lançado um olhar pastoral sobre o pluralismo cultural e religioso das

religiões afro-indígenas, afirmando que uma nova evangelização só torna-se possível conjugando adequadamente a promoção humana e a cultura do diálogo, partindo sempre de Jesus Cristo que abre caminhos de testemunho cristão ao promover a liberdade e a dignidade dos povos, estimula a cooperação pelo bem comum, supera a violência religiosa e educa para a paz e a convivência fraterna. A V Conferência de Aparecida (2007), busca viver e promover a efetividade dos documentos do Concílio, no caso, o Ecumenismo e o diálogo inter-religioso e cultural, tratado na NA. Nas 'pegadas' do Vaticano II, reconhece-se que pelo sopro do Espírito Santo e outros meios, a graça de Cristo pode alcançar a todos os que Ele redimiu para além da comunidade eclesial. É preciso, portanto, que se promova uma convivência onde todos se respeitem, e tenham o direito de viver e comunicar as suas convicções, em cujo diálogo, está implícita a confissão da própria fé e seu anúncio.

No Brasil, de 1996 a 2003, a promoção do diálogo inter-religioso era promovida pela "Dimensão Ecumênica" através dos vários "Planos de Pastoral" da CNBB, e a partir de 2003, "A Comissão para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso" assumiu a responsabilidade deste serviço pastoral, cujas principais publicações são "A Igreja Católica Diante do Pluralismo Religioso no Brasil, I, II e III", e o "Guia para o Diálogo Inter-religioso".

A CNBB, desde o ano 2000, na busca do diálogo inter-religioso, tem procurado escolher temas para a Campanha da Fraternidade, que envolvam todos os setores da sociedade, buscando o apoio de todas as religiões. No ano 2000, tratou da 'Dignidade Humana' (Dignidade Humana e Paz - Novo Milênio sem exclusões); em 2005 sobre a promoção da Paz através da solidariedade (Felizes os que promovem a Paz - Dignidade e Paz); e, em 2010, abordou questões relativas à vida econômica (Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro - Economia e Vida). A grande motivação é perceber que as religiões têm a missão de promover a conscientização e defesa da dignidade humana na luta pela terra, pela saúde, pela educação.

A pluralidade religiosa presente no trabalho, nos bairros, nos prédios, e até mesmo dentro de uma mesma família, desafia todas as religiões ao exercício fundamental do diálogo; ao compromisso com a defesa da vida; a lutar contra as forças de destruição, do caos e violência; e participar no esforço para construir relações mais humanas, como condição para a paz.

A NA não condena outras religiões nem orienta os católicos a fazerem isto, mas pelo contrário, vê em todas as religiões a possibilidade de unir pessoas que historicamente construíram culturas diferentes. A coexistência entre estas diferenças é o grande desafio da pós-modernidade, que não se resume em acabar com as diferenças, mas promover o respeito e a convivência pacífica entre as religiões.

Notas

[1] A ideia desta Declaração nasceu somente depois de iniciadas as reflexões sobre o Ecumenismo, abordadas no Decreto *Unitatis Redintegratio* (UR), de 1964, que até então incluía apenas um destaque sobre a relação do catolicismo com o judaísmo. Como o judaísmo não é uma religião cristã, surge a ideia de um documento que trate do diálogo com as religiões não cristãs.

[2] Antes mesmo do Concílio, a pedido de João XXIII, foram retiradas da liturgia de Sexta-feira Santa as duras expressões relativas aos judeus, que os acusavam de deicídio, o que já sinalizava um novo tempo de relacionamento e diálogo judaico-católico.

[3] Esta afirmação do papa é explicada no texto: [Diálogo, Entendimento e Compreensão. Conferência de Aparecida e o Diálogo Inter-Religioso.](#)

E-REFERÊNCIAS:

Iwashita, Pedro K. [Diálogo, Entendimento e Compreensão. Conferência de Aparecida e o Diálogo Inter-Religioso.](#)

Vaticano II, [Declaração Nostra Aetate](#), Sobre A Igreja e as Religiões não cristãs.

Para Refletir

1. O que a Declaração *Nostra Aetate* significa na história da Igreja Católica?
2. O que a Declaração *Nostra Aetate* trouxe de novo para você?
3. Qual a contribuição que a expressão "diálogo inter-religioso", proposta pela NA, pode oferecer à sociedade?

Orientações para a interação:

- a) Você poderá discutir este texto, presencialmente, com seus amigos na comunidade.
- b) Você poderá enviar sua opinião usando a caixa de comentários abaixo.
- d) Por fim, você poderá interagir na sala de aula virtual "Ambiente Virtual de Formação" da Arquidiocese. Acesse <http://www.avf.org.br/> e siga as orientações.

Este texto está publicado no site: Ambiente Virtual de Formação: Igreja em Rede in <http://www.ambientevirtual.org.br/fichas-de-estudo/nostra-aetate>. Ao fazer uso dele através de meio eletrônico, favor citar a fonte!

Aguarde a publicação da próxima ficha: 12/09 – Decreto Orientalium Ecclesiarum (OE)